

Espaço urbano e a independência de mobilidade na infância

Carlos Neto & Maria João Malho

A infância é uma parte da sociedade, com uma dinâmica própria que precisa de ser estudada como uma categoria social autónoma, que é. As crianças não podem ser vistas como “pessoas que serão” (Qvortrup, 2000). Por outro lado, e tendo em conta o mundo actual em constante mutação, complexo e multifacetado, não se deve também considerar apenas uma infância, um mundo infantil, mas sim infâncias, mundos sociais infantis diversos (Sarmiento e Pinto, 1997; McKendrick, 2000; Sarmiento & al., 2000; Pinto, 2000). A cultura da infância será universal, mas a vida de cada criança, sua colectividade ou grupo de pertença, é pessoal e único. As acções e interações que a criança vivencia nos seus vários contextos de vida desempenham um papel fundamental na organização dos vários sistemas de comunicação interpessoal, permitindo-lhe realizar experiências de vida que a levam a descobrir e a desenvolver os seus próprios processos adaptativos, as suas competências para a integração social dinâmica.

A criança é entendida por nós como pessoa com todas as suas “circunstâncias”. Uma das suas circunstâncias é a família a que pertence. A família é, ainda, fonte de satisfação e de insatisfação para a criança. É na família que primeiro aprende; é aí que também aprende modos de enfrentar “problemas” de acordo com as tradições culturais e experiências do grupo a que pertence. O sistema familiar é um meio para a adaptação biossocial. Assim, a família é uma fonte de ajuda activa para a criança se estiver “saudável”¹, é um grupo bem organizado e estável onde o sistema de autoridade é claro e aceitável, onde a comunicação é aberta e onde os membros exercerão mais controlo e darão mais apoio. Esta ajuda surge quando a família tem sensibilidade suficiente para os primeiros indícios de mal-estar comportamental na criança. É nestas relações interpessoais e na dinâmica que se gera à volta delas que surge o desenvolvimento das características e competências próprias e específicas de cada criança.

Consequentemente, as experiências sociais que as crianças têm, ou possam ter, estão dependentes dos seus “contextos de vida”² (Bronfenbrenner, 1979; 1986; 1992), bem como dos ritmos da vida doméstica, na comunidade e na vida escolar. É através das experiências vivenciais que a criança selecciona, modifica e cria percepções e representações sobre o que a rodeia. É a partir das experiências motoras que a criança realiza o conhecimento corporal, que se compreende e interioriza o sentir, condição indispensável para a construção da própria

¹ Saudável quando os padrões de autoridade estão bem definidos e demarcados e as redes de comunicação e de distribuição de papéis funcionais estão bem organizados e percebíveis para e por todos os membros da família.

² Contexto, não é mais do que a criança entendida como ela própria e a sua “circunstância” (Gomes-Pedro, 1999) ou, de outro modo, a interacção sujeito / mundo.

existência. A criança realiza na motricidade - uso do espaço, qualquer que ele seja - o reconhecimento do seu Eu, do mundo exterior, do outro e da passagem à acção. Movimento e corpo, além de um significado expressivo, tem um significado existencial. É pelo movimento que se faz a passagem da acção, à representação, através de sucessivos e permanentes ajustamentos / correcções / adaptações do seu tempo-interior / subjectivo ao tempo-social / objectivo. O corpo é uma condição humana de inserção no mundo. Para que o corpo se afirme e se reconheça como tal, precisa de espaço (espaço de vida) e de tempo (tempo de acção), precisa de desenvolver comportamentos que terão maior significado inteligível pois quanto mais for sendo feita e permitida a “evolução do conhecimento corporal” (situação / acção) mais facilmente a criança poderá através dele descobrir o mundo / os, os outros, autodescobrindo-se.

A criança necessita de tempo e de espaço para brincar, de forma livre e espontânea, necessita sentir segurança nas actividades de brincadeira que realiza, para que, em simultâneo, se desenvolvam mecanismos mentais de segurança emocional e íntima. Neste contexto, o risco, a aventura, o auto-controlo, a iniciativa, o confronto com situações não comuns do seu dia a dia, a partilha, a resolução de problemas, o saber estar e habitar o espaço individual e o espaço dos outros ..., são factores / acontecimentos / acções essenciais para que a criança / pessoa desenvolva capacidades de vida em grupo e vá a par do seu desenvolvimento físico / orgânico obtendo uma maior capacidade de independência de movimentos – independência de mobilidade.

O conceito de independência de mobilidade “deverá ser entendido numa perspectiva evolutiva, isto é, como a criança desenvolve ao longo do tempo uma representação mais consistente do espaço físico (memória, percepção, identificação) bem como uma liberdade progressiva de acção no espaço quotidiano” (Neto, 1999:52). A independência de mobilidade é entendida como a capacidade de autonomia, ou seja, a possibilidade de tomar decisões por si própria, de mobilidade da criança face ao envolvimento físico, das “possibilidades de acção” que a criança está capaz de realizar. Esta possibilidade, de ser e estar capaz de “se movimentar e deslocar” no espaço, permite-lhe “pensar e agir” em função dessa experiência. Permite-lhe um Ser, um Eu próprios. Vários estudos³ vêm defendendo a independência de mobilidade como um factor

³ Hillman, M. & Adams, J. (1992). Children’s freedom and safety. *Children’s Environments*, 9, 2, (11-22); Kitta, M. (1995). The affordances of urban, small town and rural environments. Comunicação apresentada na conferência internacional, *Buildings Identities – Gender Perspectives on Children and Urban Space*, Amsterdam: Gender Studies Department of the Royal Dutch Geographical Society; Heurlin-Norinder, M. (1996), Children, environment and independent mobility, estudo incluído no projecto *Children-Traffic-Environment*, Education Institute of Stockholm; Van Der Spek, M. & Noyon, R. (1995). Children’s freedom of movement in the streets. Comunicação apresentada na conferência internacional *Buildings Identities – Gender Perspectives on Children and Urban Space*, Amsterdam: Gender Studies Department of the Royal Dutch Geographical Society; Vercesi, M. (1999).

“crucial no desenvolvimento da criança” (Neto, 1999:52), entende-se que um dos melhores indicadores para analisar a independência de mobilidade na criança é tentar saber a maior distância percorrida pela criança, sozinha e / ou com amigos da mesma idade, ou com idade próxima; analisar o trajecto – casa / escola / casa mais comumente feito pelas crianças; qual o meio de transporte utilizado nesse percurso pois a distância é um dos factores mais limitantes nessa independência; quem acompanha a criança nos seus percursos diários mais comuns; quais os motivos referidos pela criança para a frequência ou não de locais públicos; na realização ou não de visitas a amigos / colegas ... A vida das crianças nas cidades vem de há décadas a sofrer alterações substanciais em termos das suas “possibilidades de acção”. É na cidade que os hábitos quotidianos de vida se estão a transformar radical e aceleradamente. O espaço público, mais especificamente a rua – local de encontro, de descoberta e de desordem, está a deixar de ser o local do contexto / interacção com outras crianças, ou seja, de ser o local privilegiado da brincadeira, do convívio espontâneo e livre entre gerações, em última análise, do jogo⁴. Sabe-se porém que a vivência do espaço na rua como um espaço potenciador de jogo está progressivamente a desaparecer na cultura lúdica da criança (Neto, 1998; 1999). Estamos a assistir à transformação do tempo espontâneo, da imprevisibilidade, da aventura, do risco, do confronto com o espaço físico natural ao tempo organizado, planeado uniformizado. É a partir da apreensão e da compreensão dos espaços / contextos imediatos que é possível compreender o ambiente como um todo orgânico e funcional. E este surge, se a criança progressivamente for capaz de desenvolver imagens ambientais⁵. Para que a criança adquira independência de mobilidade / autonomia ela precisa de viver e ver a cidade, precisa de habitar os espaços públicos com segurança e autonomia, precisa de participar na vida da cidade. A imagem ambiental contribui “positivamente” para o crescimento da pessoa como um organizador de conhecimento, um auxiliar importante para a integração social, para a capacidade de desenvolver actividades. Se a criança está capaz de mencionar a legibilidade⁶ dos seus ambientes físicos de vida, ela está capaz de realizar uma organização simbólica da

Milan: a city at play? A survey of the independent mobility of children. Comunicação apresentada XIV IPA World Conference *The Community of Play*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana; Arèz, CX. & Neto, C. (1999). The study of the independent mobility and perception of the physical environment in rural and urban children. Comunicação apresentada na XIV IPA World Conference *The Community of Play*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana.

⁴ Como refere Neto (1999:49) “brincar na rua é em muitas cidades do mundo uma espécie em vias de extinção”.

⁵A imagem ambiental é um processo duplo entre o observador e o observado e é baseada na forma exterior do objecto - seja ele de pequenas e/ou de grandes dimensões, como a cidade, por exemplo, mas a maneira como tal se interpreta e se organiza e como se dirige a atenção, afecta, por sua vez, o que é visto. É a imagem mental que permite o desenvolvimento das imagens ambientais. A imagem mental surge e desenvolve-se a partir da percepção imediata e da memória da experiência passada (Lynch, 1982).

⁶ O conceito de legibilidade / imaginabilidade, desenvolvido por Lynch (1982) significa muito sucintamente as “leituras” que os lugares permitem; estas são criadas a partir de elementos da paisagem urbana que podem ser reconhecidos e organizados de modo coerente, comporta os símbolos reconhecíveis como as delimitações das ruas, os monumentos, as cores dos edifícios, os sinais de trânsito, os jardins, ...

paisagem, o que contribui para diminuir o medo de estabelecer uma relação emocionalmente segura entre ela e o meio ambiente, mais próximo ou mais longínquo (Piaget, 1993; Salgueiro, 1999; Santos, 1982). É a partir da organização simbólica de estruturas reconhecíveis, (delimitação de ruas, monumentos, edifícios, jardim, a casa do amigo ...) que se organiza uma estrutura simbólica do ambiente coerente; daí a legibilidade ser fundamental para que os habitantes da cidade, sejam eles crianças ou não, possam fazer desta um objecto de percepção. A capacidade da pessoa desenvolver “imagens mentais” dos lugares se a criança está capaz de se situar a partir do “sítio em que reside”, está a ser capaz de “criar” identificações de lugares porque as suas vivências permitem “desenvolver sentimentos de pertença”. É a partir da apreensão e da compreensão dos espaços / contextos imediatos que é possível compreender o ambiente como um todo orgânico e funcional. Logo, e como defende Bronfenbrenner (1979) e Soczka (1980), o desenvolvimento da criança necessita desde tenra idade, de envolvimento progressivamente orientados para práticas / tarefas fora de casa, que permitam a esta realizar contactos com outros adultos e crianças e com diferentes contextos de vida, promovendo simultaneamente o seu desenvolvimento.